

Painel / Linha temática 10

*Pluralismos socioculturais, políticos e económicos:
movimentos, lutas sociais emancipatórias e Estado moderno*



Mesa 10.1

"Transformações de e pelos movimentos, protestos, lutas e conflitos sociais"

Comentador:

Aloísio Monteiro¹
Antoni Jesús Aguiló²

Moderadora: Ana Maria Castro Sanchez³

Coordenadora: Nathalie Nunes - nathalienunes@ces.uc.pt

Sexta-feira 6 de dezembro, 3º Sessão

Comunicações:

Nº	Nome completo	Email	Título da comunicação	Instituição
60	Stella Zagatto Paterniani	stella.paterniani@gmail.com	Movimento é movimento, governo é governo"?: a ocupação Mauá, a luta e o Estado	Universidade de Brasília / Brasil
140	Michel Fernandes da Rosa	fernandesmichel@hotmail.com	A relevância da produção do conhecimento por populações vulneráveis em uma perspectiva de ecologia de saberes	Doutorando sociologia FEUC
164	Patrícia Portela Nunes	portelapatrícia@hotmail.com	Canelatiua, Terra dos Pobres, Terra da Pobreza: uma territorialidade ameaçada, entre a recusa de virar Terra da Base e a titulação como Terra de Quilombo	Universidade Federal Fluminense / Brasil
211	Ludmila Maria Noronha Souza	ludmilanoronha@yahoo.com.br	Ativismo na Internet - Uma nova configuração de esfera pública	Universidade de Juiz de Fora / Brasil

RESUMOS A SEGUIR

- 1 Pós-doutorando do CES. Professor de Política Educacional e Educação Indígena, do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino da Universidade Federal Rural Fluminense. Visa identificar nas suas pesquisas movimentos instituintes (alternativos) e dinâmicas de concepções de novas formas de organização de Políticas Públicas e Movimentos Sociais em cultura, relações étnico/raciais e educação, no que diz respeito à superação das condições de exclusão, abandono, violências e emancipação social, nos espaços de periferias urbano-rurais.
http://www.ces.uc.pt/investigadores/index.php?action=bio&id_investigador=711
- 2 Membro do DECIDE - Núcleo da Democracia, Cidadania e Direito do CES e colabora com o grupo de pesquisa Política, Trabalho e Sustentabilidade (PTS) do Departamento de Filosofia e Trabalho Social da UIB. Também é professor nos programas de doutoramento "Democracia no Século XXI" e "Pós-colonialismos e Cidadania Global" do CES. Os seus principais temas de pesquisa são: o estudo dos processos de globalização e os seus aspectos políticos e filosóficos; a teoria crítica da democracia, do poder, da participação e da cidadania no âmbito da globalização contra-hegemônica; e a análise da interculturalidade como instrumento de emancipação social.
http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/antoni_jesus_aguilo.php
- 3 Colombiana, profissional de Ciências Sociais, magíster em Estudos Culturais, máster em Género e Desenvolvimento, atualmente doutoranda em Sociologia na FEUC. Professora da faculdade de Ciências Humanas e Artes, Universidade de Tolima (Colômbia). Sua trajetória profissional e política tem sido essencialmente no trabalho comunitário a partir de uma perspectiva feminista. Seu atual interesse de pesquisa é pensar a arte e a política, para superar a relação comum que estes tenham sido atribuídos.

“Movimento é movimento, governo é governo”?: a ocupação Mauá, a luta e o Estado

Este projeto visa uma etnografia da relação entre um movimento social e uma gestão da prefeitura municipal.

O movimento é o movimento de moradia da cidade de São Paulo (Brasil), mais especificamente a ocupação Mauá, na região da Luz. A gestão municipal é a do prefeito Fernando Haddad, recém-empossado, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Importante destacar que a) essa gestão sucede gestões do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB, 2005-2006) e dos Democratas (DEM, 2007-2012), tendo enfatizado, em sua propaganda eleitoral, a não-continuidade em relação a elas e b) há outras duas gestões petistas da Prefeitura municipal da cidade que são referência para o movimento de moradia: as gestões de Luiza Erundina (1989-1999) e de Marta Suplicy (2011-2004).

Para a abordagem aqui proposta, isto é, etnografar uma relação, importam, principalmente, as histórias e memórias que os militantes e moradores da Mauá narram e que dizem respeito às diferentes gestões municipais, bem como e as práticas cotidianas e formativas na Mauá e dos movimentos que a compõem.

Em minha pesquisa de mestrado, direcionei meu olhar para a Mauá. Percebi que os processos de construção de coletividade são contingentes e situacionais e, ao mesmo tempo, restritos a um limite: o limite permitido e controlado pela coletividade, cuja memória e cuja história são constantemente reforçadas, adensadas e postas à espreita para enredar novos militantes e fortalecer o movimento. Agora, desejo estender meu olhar para o Estado – também considerando-o como plural, e não como monolito – em um momento histórico de volta do PT à prefeitura municipal.

A hipótese é que movimento, Mauá e governo são coletividades-ficções – que, justamente por isso, operam politicamente –, sob um argumento de que a relação entre movimento e Estado é permeada por tensões entre agência e estrutura, transitividade e permanência, criação e convenção.

Palavras-chave: ocupação; movimento social; participação.

* Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Brasil), onde defendeu a dissertação "Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência", sob orientação da Prof^a Dr^a Suely Kofes. É ingressante no doutorado em Antropologia Social na Universidade de Brasília. Interessa-se pelos temas: Política, narrativas, pós-colonialismos, teorias da tradução.

A relevância da produção do conhecimento por populações vulneráveis em uma perspectiva de ecologia de saberes

O presente trabalho busca em um primeiro momento contextualizar o surgimento de conflitos ambientais no cenário brasileiro, demonstrando a relação entre o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil e o crescente cenário de injustiça ambiental decorrente desse modelo.

Em seguida pretendo trazer para a discussão alguns conceitos da matriz teórica das epistemologias do sul e ecologia dos saberes, para que em seguida seja possível, com base nesta matriz teórica, reivindicar e justificar a necessidade do protagonismo das populações vulneráveis na produção de conhecimento como uma forma de enfrentar o cenário de injustiça antes apontado.

Palavras-chave: conflitos socioambientais; desenvolvimento; produção de conhecimento; populações vulneráveis; (in)justiça ambiental.

* Estudante de Doutorado em Sociologia na Universidade de Coimbra (Bolsista CAPES); Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra (2012); Especialista em Direito Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009); Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004).

Canelatiua, Terra dos Pobres, Terra da Pobreza: uma territorialidade ameaçada, entre a recusa de virar Terra da Base e a titulação como Terra de Quilombo

Este trabalho é resultado de uma pesquisa etnográfica realizada em cinco comunidades do município de Alcântara, situado na chamada Amazônia Legal Brasileira: classificadas oficialmente no Império como Terra dos Pobres e no início da República como Terra da Pobreza tais comunidades constam para o Estado brasileiro desde dezembro de 2004 como “comunidades remanescentes de quilombo” em cumprimento ao art. 68 do ADCT da Constituição Federal promulgada em 1988.

Procuro discutir as relações que estas comunidades mantêm com os poderes instituídos a partir da situação de conflito social instituída com a implantação pelo Estado brasileiro de uma base de lançamento de foguetes espaciais neste município.

O primeiro decreto de desapropriação das terras de Alcântara data de 1980, ocasião em que o governo estadual desapropriou 52 000 hectares deste município para implantação do designado Centro de Lançamento de Alcântara.

Posteriormente, ao passar para a instância de decisão federal, são acrescentados mais 10000 hectares, totalizando 62 000 hectares; fração que corresponde a mais da metade da área do município, atingindo diretamente quase duas centenas de comunidades.

Resultado de uma pesquisa etnográfica direcionada à obtenção do título de doutorado em Antropologia, busquei descrever a passagem de uma situação social designada historicamente pelos próprios agentes sociais como “terra da pobreza” para uma outra classificada oficialmente como “comunidade remanescente de quilombo”.

Nesse sentido, o foco de minhas análises é remetido para as categorias de autodefinição acionadas pelos agentes sociais no âmbito da relação com o Estado brasileiro. Procuró, ainda, discutir as representações sociais sobre “terra”, “territorialidade” e “território” que tornam indissociáveis a identidade historicamente consolidada e o território que os agentes tomam como referência. A política, a história, o parentesco, o conflito e o direito constituem-se em instâncias de construção identitária como procuro mostrar.

Palavras-chave: pluralismo; etnicidade; identidade e direitos étnicos; conflitos sociais e processos de territorialização.

* Possui graduação em Sociologia e Ciências Políticas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão; e doutorado em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da UEMA, pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e Grupo de Estudos Sócio Econômicos da Amazônia (GESEA). Tem experiência profissional em pesquisa, elaboração de relatórios de identificação de comunidades remanescentes de quilombos. Atuando principalmente nos seguintes temas: etnicidade, identidade étnica, conflitos sociais e processos de territorialização.

Ativismo na Internet - Uma nova configuração de esfera pública

Analisando a relação entre o conceito de esfera pública e o cenário político, acreditamos na importância da análise das consequências trazidas pela influência da utilização da internet para a promoção de transformações nas possíveis aplicações do referido conceito, de acordo com sua abordagem na teoria de Jürgen Habermas.

A possibilidade apresentada, neste estudo, é a da formação de um novo campo comunicacional voltado para uma proposta de exercício contínuo da democracia através de movimentos de participação popular no cenário sociopolítico brasileiro.

Para tanto, consideramos fundamental a abordagem da relação das novas sociabilidades e da emergência de novos sujeitos com as múltiplas possibilidades, apresentadas pela comunicação digital, de atuação da sociedade civil na tomada de decisões políticas, no sentido de exercer uma influência que extrapole os limites privados e encontre ressonância nas decisões do Estado moderno.

Um formato renovado de democracia, que combine mecanismos representativos e participativos de decisão, pode resultar, assim, do processo de transformação de questões de interesse coletivo em questões políticas e da participação de organismos civis em tentativas de regulação do poder governamental - relação íntima estabelecida entre o público e o privado, entre a política e a sociedade.

Uma investigação das adequações ocorridas na aplicação do conceito habermasiano para a consolidação progressiva da cidadania no cenário político brasileiro encontra ressonância, neste trabalho, na utilização das ferramentas de distribuição de informação via internet, no tocante ao caso da Lei da Ficha Limpa e das Manifestações de Rua ocorridas, no Brasil, a partir de junho de 2013.

Tratamos, portanto, da articulação de dois casos concretos de iniciativa popular: um que conseguiu, majoritariamente via divulgação digital, extrapolar os limites do privado e transpor os muros do poder público estruturando novas formas de representatividade civil; e um outro que, nos interessa provar, tem potencialidade para fazê-lo.

Palavras-chave: esfera pública; democracia deliberativa; internet; política; ficha limpa.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha de pesquisa Cultura, Democracia e Instituições, com enfoque em Ciência Política, Esfera Pública, Ciberpolítica e Ativismo, Participação Popular, Internet e Mediação. Realizei o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, com término em 2012. Especialização em Comunicação Empresarial na Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2009. Bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, desde 2004. Atua, desde 2012, no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como Tutora Presencial Bolsista CAPES-DS.